

# Os militares e a propaganda anticomunista na ditadura

Michel Goulart da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Discute-se neste ensaio algumas das representações acerca do marxismo produzidas pela Escola Superior de Guerra (ESG) e divulgadas nos manuais dos cursos organizados pela instituição, na década de 1970. Procura-se analisar um dos manuais utilizados no Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, organizado pela Associação de Diplomados da ESG. Neste documento pode-se perceber a compreensão conservadora dos militares e o combate contra o marxismo promovido pela ESG.

**Palavra-chave:** Marxismo. ESG. Ideologia.

**Abstract:** This essay discusses some of the representations about Marxism produced by the Escola Superior de Guerra (ESG) and published in the manuals of the courses organized by the institution in the 1970s. It seeks to analyze one of the manuals used in the Cycle of Studies on Safety and Development, organized by the Association of Graduates of ESG. This document can be seen from the conservative understanding of the military and the fight against Marxism promoted by the ESG.

**Keywords:** Marxism. ESG. Ideology.

No século XX, no Brasil e em outros países, diferentes setores da sociedade e intelectuais conservadores foram responsáveis pela propagação de representações acerca de um “perigo vermelho”,

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Este texto é uma versão corrigida e atualizada de Silva (2012).

denunciando as ameaças de uma possível infiltração comunista que poderia levar a uma ditadura tirânica de esquerda. Fizeram parte dessa propaganda ideológica, entre outras coisas, a elaboração de imagens que associavam o comunista a experiências diabólicas, a definição de que o sistema político comunista é por natureza uma ditadura, além de interpretações negativas acerca da teoria marxista. Nessas representações conservadoras,

[...] a ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta levaria ao pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas (MOTTA, 2002, p. 48).

Esse conjunto de representações anticomunistas se expressou no Brasil desde as primeiras décadas do século XX, por meio da ação de grupos conservadores que fizeram da difusão dessas ideias uma prática política e social influente no país. Nesse sentido, cabe salientar que não se trata de uma filosofia orgânica, coesa e coerente. Pelo contrário, segundo Motta (2002, p. 15),

[...] o anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum.

Um dos setores anticomunistas mais influentes fomos militares. Nisso destaca-se a Escola Superior de Guerra (ESG), possivelmente o mais influente espaço de elaboração doutrinária dos militares, cujos textos a respeito do “marxismo-leninismo” e dos seus diferentes aspectos foram difundidos, entre outros espaços, em cursos organizados pela própria instituição ou por sua associação de diplomados, a ADESG. Este ensaio discute alguns dos elementos de anticomunismo presentes na doutrina desenvolvida pela ESG ou por seus membros e difundidas pelos cursos realizados durante a ditadura pela ADESG. Para tanto, neste texto procura-se analisar diferentes aspectos apresentados principalmente no *Manual de elementos teóricos*, documento produzido pela ADESG em 1978.

## O anticomunismo da ESG

Embora a necessidade do combate ao comunismo fosse uma questão pautada desde as primeiras décadas do século, a ESG foi a responsável pela sistematização de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a partir de sua fundação, de 20 de agosto de 1949. Fundada com o objetivo de ser uma escola de altos estudos políticos e sociais para buscar uma maior compreensão a respeito da sociedade brasileira, a ESG procurou também formular projetos para a solução do que considerava entraves para o desenvolvimento brasileiro. Segundo Antônio de Arruda (1980, p. 5), “desde os primórdios da Escola, despontava o binômio Segurança e Desenvolvimento, que sempre orientou os trabalhos nela realizados”. Para esse autor, na doutrina da ESG, “a Segurança está interligada ao Desenvolvimento” (ARRUDA, 1980, p. 5). Pode-se afirmar, assim, que a doutrina da ESG

[...] tinha como uma de suas principais premissas a organização da sociedade de modo que ela pudesse desenvolver-se e alcançar o patamar de potência mundial, mas como era pregado pela própria ESG, o desenvolvimento só poderia ocorrer se, em

primeiro lugar, levasse em consideração a questão da Segurança Nacional (...) a ESG surge com o intuito de formular uma Doutrina de Segurança Nacional, não uma doutrina de desenvolvimento nacional; como exposto anteriormente, o desenvolvimento era integrante da questão da Segurança Nacional. Para que houvesse uma sociedade mais segura deveria cada vez mais buscar o seu desenvolvimento e destaque no cenário internacional (PUGLIA, 2006, p. 14-5).

A ESG também se destaca como uma escola preparadora daquilo que considera “elites”, tanto seus setores civis com militares, “capaz de conduzir a nação de forma apropriada e correta, ou seja, capaz de captar os anseios e necessidades da sociedade e transformá-los em realidade” (PUGLIA, 2006, p. 10). Os militares se identificavam como parte das *elites destinadas* a dirigir o país, cabendo-lhes ensinar as elites civis a dirigir o país. Portanto, esses militares se viam “como a única *elite autêntica*, à qual cabe a escolha dos setores das *elites* civis a serem articulados no esforço de constituição da *elite dirigente*, com relação à qual os militares deveriam assumir esta função político-pedagógica” (OLIVEIRA, 1987, p. 71). Os civis, fossem as “elites” ou as “massas”, eram vistos pelos militares como despreparados, cabendo aos militares contribuir para a superação das debilidades das elites civis. Estas, tendo apreendido a doutrina e os métodos da ESG, junto com os militares, poderiam tanto conduzir os interesses da Nação como definir os objetivos e anseios do conjunto da população (OLIVEIRA, 1987, p. 70-2).

Fundada no contexto do processo político conhecido como Guerra Fria, marcado por disputas entre um bloco liderado pelos Estados Unidos e outro pela União Soviética, a ESG colocou-se desde o início como defensora do “Mundo Ocidental”. No imediato pós-guerra, o inimigo passou a ser representado “pelos governos reformistas ou os movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem na redução da capacidade de intervenção

dos EUA no continente” (MUNHOZ, 2002, p. 44). Em função disso, “iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas” (MUNHOZ, 2002, p. 44). No Brasil, como consequência, os governos levaram a cabo políticas de repressão aos comunistas e aos movimentos populares, concretizada, por exemplo, na cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1947.

Esse combate ao inimigo comunista não se materializou apenas em políticas repressivas de governo, mas também em ideologias como a DSN. General Golbery do Couto e Silva, ideólogo da ESG e membros de diferentes governos ditatoriais entre 1964 e 1985, foi um dos colaboradores na elaboração dessas teses. Embora a religião cristã seja vista como um dos componentes da cultura ocidental, suas teses se diferenciam de teses extremistas religiosas, como aquelas formuladas por grupos católicos de extrema direita. Para Golbery do Couto e Silva, a posição geopolítica do Brasil se define em relação a uma ameaça que vem do “imperialismo comunista do Oriente” e é dirigida contra os Estados Unidos e o “Mundo Ocidental”. Em análises originalmente realizadas na década de 1950, Golbery do Couto e Silva (2003, p. 225) assim analisava a conjuntura da Guerra Fria:

No mundo de hoje, o antagonismo dominante entre os EUA e a Rússia, polarizando todo o conflito, de profundas raízes ideológicas, entre a civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente, e no qual se joga pelo domínio ou pela libertação do mundo, arremonta todo o planeta sob o seu dinamismo avassalante a que não podem, não poderão sequer escapar, nos momentos decisivos, os propósitos mais reiterados e honestos de um neutralismo, afinal de contas, impotente e obrigatoriamente oscilante.

Nessa doutrina, o Brasil é considerado como parte do bloco ocidental e cristão, devendo estar alinhado politicamente aos interesses e à política dos Estados Unidos. Segundo Couto e Silva (2003, p. 208), o Brasil é

[...] uma nação que, pela sua origem cristã e os valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão, integra o Mundo Ocidental, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista e o imperialismo ideológico da civilização materialista que tem seu fulcro estreado no coração maciço da Eurásia. E nossa geopolítica terá de ser, por conseguinte, uma geopolítica consciente e decididamente partícipe da geoestratégia defensiva da Civilização Ocidental, a cujos destinos temos os nossos indissolúvelmente ligados, quer o queiramos ou não.

Nesse cenário político e ideológico, em que o comunista era combatido como um perigoso inimigo, a teoria marxista não poderia ter um destino diferente. Lideranças políticas da extrema direita, como Plínio Oliveira e Plínio Salgado, escreveram “críticas doutrinárias” que visavam esclarecer seus respectivos grupos no combate ao inimigo comunista e fortalecer o que um desses grupos chamou de “epopeia anticomunista”. Em âmbito acadêmico, mesmo na ditadura circulavam autores ou livros marxistas, sendo lidos e citados inclusive por intelectuais abertamente apoiadores do regime, embora isso não fosse a regra. Entre os militares, manifestou-se de forma limitada e pontual, o interesse pelo estudo do marxismo, visando explorar comparações teóricas entre o marxismo e o liberalismo ou econômicas entre o comunismo e o capitalismo. Com isso, o combate ao inimigo comunista não seria apenas uma luta contra um místico monstro oriental que permanentemente atacava o mundo cristão, conforme se apontava pelo discurso anticomunista católico, mas uma análise com pretensões científicas que visava comprovar, por exemplo, no caso de Oliviera,

que, desde a Idade Média, “a cristandade vinha sendo atacada pela Revolução, num processo em que se sucederam luteranos, iluministas, jacobinos e comunistas, todos imbuídos do mesmo objetivo básico, destruir a Igreja” (MOTTA, 2002, p. 150).

A sistematização dessa discussão acerca do marxismo apareceu de forma mais clara em manuais produzidos na segunda metade da década de 1970. Inclusive, o dualismo entre os dois “mundos” fica bastante evidente num documento elaborado pela equipe da ESG e discutido num dos ciclos da ADESG, em 1978. Os ciclos da ADESG, organizados em âmbito nacional a partir de 1962, eram espaços para a formação da parcela das “elites civis” que, embora ocupando função de destaque na sociedade, não tinham a mesma preponderância que aquelas convidadas para os cursos da própria ESG. Embora menos restrito, era exigido para a participação nesses cursos que os candidatos fossem portadores de diplomas universitários e que estivessem ligados a setores empresariais, industriais ou acadêmicos (MIYAMOTO, 1995, p. 107). Os ciclos de estudo da ADESG eram espaços destinados a complementar as ações da ESG, difundindo sua doutrina entre as “elites culturais” e visando preservar a unidade teórica da doutrina como ferramenta para o estudo dos problemas relativos à segurança nacional e ao desenvolvimento do Brasil (SILVA, 2011).

## **Difundindo o anticomunismo**

O documento, intitulado *Manual de elementos teóricos*, é apresentado como uma “nota complementar de estudos” que “constitui matéria em fase de aprimoramento e que se destina, em princípio, a ser incorporado ao Manual Básico” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1978, p. 1). Não se menciona qual Manual Básico, mas, levando em conta a forma como são produzidos os materiais da ESG e da ADESG, certamente trata-se do manual elaborado anualmente pela ESG e utilizado em seus cursos de

formação. O documento em análise, que a partir de agora chamaremos apenas de *Manual*, está dividido em cinco partes:

- I - Política: conceitos fundamentais;
- II - Regimes políticos contemporâneos;
- III - Sistemas econômicos contemporâneos;
- IV - Instituições sociais contemporâneas;
- V - Teoria do planejamento.

Uma primeira discussão passa pela questão metodológica do *Manual*. Em primeiro lugar, porque essas interpretações foram construídas em sua grande maioria a partir de manuais de vulgarização do marxismo produzidos a partir da influência do stalinismo. Nas partes II e III, que tratam especificamente das comparações entre capitalismo e comunismo, não fazem parte das referências bibliográficas nenhuma obra escrita por Karl Marx e Friedrich Engels ou algum importante teórico soviético, como Leon Trotsky ou Vladimir Lênin. Embora se procure demonstrar o que teriam dito os teóricos do comunismo, principalmente seus fundadores e as lideranças da Revolução Russa, esses falas expressam as interpretações dos comentadores e de manuais que normalmente se limitam a uma vulgarização de qualidade duvidosa. Nas raras ocasiões em que são citados textos desses teóricos fundamentais, aparecem frases isoladas e fora do contexto, visando apenas desqualificar esses pensadores, como acontece no *Manual*, por exemplo, numa passagem em que é citada uma frase do livro *O Estado e a revolução*, de Lênin, referindo-se à transição ao socialismo (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1978, p. 102).

Percebe-se pelo menos dois problemas nessa metodologia. Em primeiro lugar, toma-se como verdade a afirmação de outras pessoas a respeito das teses marxistas, sem que sejam analisados os textos originais e sem que se faça uma crítica consistente e contextualizada de suas ideias. Em segundo lugar, como consequência dessa primeira,

o marxismo e seus desdobramentos políticos, como os regimes comunistas ou o movimento socialista, tornam-se fatores estáticos. Embora o marxismo seja uma teoria em movimento, que responde de forma concreta a situações concretas, ela se torna uma receita fechada e atemporal, quando fechada nas páginas de um manual de propaganda ideológica. Em realidade, os textos clássicos não são guias absolutos, mas ferramentas teóricas que podem informar a análise acerca de realidades concretas e particulares. O pensamento dialético, segundo Novack (2006, p. 63),

[...] não pode ser englobado completamente por nenhum conjunto fixo de fórmulas, nem pode ser a dialética codificada de uma mesma forma e ao mesmo nível que a lógica formal. Exigir isso da dialética, procurar impor fórmulas perfeitas a seus processos, significa prender-se ao método do pensamento formal. É alheio à natureza essencial, ao espírito vivo da dialética como método de pensamento.

Essa questão metodológica acaba sendo a base de toda a interpretação, fazendo com que a leitura do marxismo feita pela ESG seja marcada pelos elementos do senso comum produzidos acerca dessa concepção teórica. Assim, a ESG faz eco às leituras superficiais que atribuem ao marxismo um caráter o determinista e o mecanicista. Por exemplo, no começo do capítulo acerca dos regimes políticos contemporâneos comenta-se a “tese marxista de que o modo de produção condiciona o processo da consciência coletiva ou, por outras palavras, o fator econômico condiciona todo o processo social”. Segundo o *Manual*, o marxismo “põe de lado outras forças sociais que podem condicionar ou influenciar o fenômeno político” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1978, p. 55).

Essa interpretação acerca do marxismo é uma das mais frequentes no senso comum, apontando para um suposto determinismo dessa formulação teórica. Contudo, em diferentes obras os principais autores

marxistas procuram demonstrar a inter-relação existente entre os diferentes âmbitos da vida e, principalmente, a influência da política na política. Esse é um dos temas, por exemplo, de livros de Marx escritos sobre a revolução de 1848, na França. Lênin e Trotsky em suas análises acerca da situação da Rússia em nenhum momento desvincularam as questões políticas e as questões econômicas, nem defenderam que são as bases materiais que determinam e influenciam tudo de forma mecânica. No século XX, Raymond Williams procurou analisar essa inter-relação entre o político, o econômico e o cultural, construindo análises marxistas sólidas e consistentes.

Por outro lado, ainda em vida, Marx e Engels responderam às objeções que eram feitas às suas teses. Numa carta escrita em 1890, Engels afirmou: “A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela (...) também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante” (MARX & ENGELS, s.d., v. III, p. 284). Nos termos de Engels, “trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (...), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico” (MARX & ENGELS, s.d., v. III, p. 284). Com isso, é possível afirmar que para Marx e Engels são as questões econômicas que determinam os fenômenos sociais, afinal, antes de fazer qualquer coisa, as pessoas precisam suprir necessidades materiais básicas, como a alimentação. Contudo, há uma inter-relação recíproca com outros fenômenos, como a política e a cultura, sem que a análise marxista fique restrita a uma visão estática e mecanicista da sociedade.

No *Manual* também se afirmava que o marxismo “não consegue explicar o inegável papel criador do indivíduo em determinadas situações históricas”, sugerindo que essa formulação teórica não teria condições de explicar casos de indivíduos que teriam cumprido importantes papéis, citando-se casos como César, Cristo, Maomé, Galileu e o do próprio Lênin (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS

DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1978, p. 58). Há, nesse caso, pelo menos dois equívocos. Em primeiro lugar, a de atribuir ao marxismo a ausência de uma teoria que explique a construção do indivíduo e da subjetividade. Levando em conta as diferentes tendências psicológicas que utilizam o marxismo como referencial, como as correntes fundadas por Liev Vygotsky e Wilhelm Reich, ainda que Marx não tenha se ocupado da Psicologia como ciência, identifica-se que há no marxismo uma série de elementos que, incorporados aos métodos específicos da área de pesquisa, permitem construir interpretações acerca da subjetividade e da construção do ser social. Para o marxismo,

[...] o fenômeno psicológico deve ser entendido como produção histórica humana, não pertencendo a uma natureza abstrata e encarada como uma manifestação mecânica. Portanto, não há uma existência prévia ao próprio homem, fazendo com que a psicologia reflita as condições sociais, econômicas e culturais nas quais vivem os seres humanos (SILVA, 2021, p. 17).

Por outro lado, ao interpretar de forma mecânica a questão das diferentes determinações, o *Manual* não leva em conta que a produção do próprio sujeito está relacionada à dinâmica da sociedade. Assim, certamente são as questões mais básicas, como comer e se vestir, que homens e mulheres precisam suprir para sobreviver. Nas obras de Marx e Engels há inúmeras passagens em que tocam em temas que são fundamentais para a constituição do ser, referindo-se ao papel da subjetividade ou de outros fatores nesse processo. Entre outros, em um texto clássico afirmaram Marx e Engels (2007, p. 35):

Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente;

ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade.

Com isso, não é possível afirmar que para o marxismo o ser humano se resume a uma mera entidade econômica, mas constitui-se num sujeito que, ainda que precise de coisas muito básicas para sobreviver, ao viver em sociedade produz cultura e um complexo universo simbólico. Nesse caso, os “grandes” indivíduos podem ser explicados como produtos de contextos particulares, onde pelas razões mais diversas construíram-se sujeitos com características que eventualmente o diferenciavam das demais pessoas. Não são, no entanto, seres anormais ou alienígenas, mas parte de suas sociedades.

O *Manual* também se propõe a criticar a concepção de classe elaborada pelo marxismo. Segundo o manual, “a noção marxista de classe é inaceitável para a sociologia por sua imprecisão, nem se pode querer encontrar classes antes e fora dos séculos XVIII e XIX na Europa e nos EUA”. Segundo o manual, ainda criticando o marxismo, “a estratificação social contemporânea abrange muito mais que duas classes antagônicas” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1978, p. 59). Neste caso, parte-se do pressuposto de que o conceito de classes elaborado pelo marxismo está restrito à esfera econômica. Contudo, para Marx não são apenas as relações de produção que definem as classes sociais, pois eles se definem tanto em relação uma com a outra como na própria identificação de situações comuns de vida entre os sujeitos de cada uma das classes. Assim, as classes são categorias de análise que permitem visualizar

diferenças entre grupos sociais, separados por fatores econômicos, nos quais a posição nas relações de produção é determinante. No entanto, é a partir da ação coletiva, essencialmente política, que podemos enxergar as classes sociais, na medida em que essa ação é a conjunção de interesses, imediatos ou de longo prazo, de uma determinada classe. Nos escritos de Marx e Engels, percebe-se uma compreensão das classes sociais enquanto um sujeito coletivo produzido historicamente, determinado pelas condições materiais de produção e reprodução da vida, mas cuja definição e comportamentos são também determinados por aspectos políticos, culturais e ideológicos. Essas determinações podem assim ser descritas:

1. classe seria definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção;
2. pela posição no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi quase que generalizado como único);
3. pela consciência que se associa ou distância de uma posição de classe;
4. pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social (IASI, 2007, p. 107).

Por outro lado, a afirmação de que para o marxismo as sociedades estariam limitadas a duas classes é equivocada. Nas análises sobre a revolução na França, em 1848, ou sobre a estrutura de classes na Alemanha, Marx apontava para a existência de diferentes classes e, inclusive, mostrava as dificuldades metodológicas dessas análises que, segundo ele próprio, não eram tão simples como o *Manual* pretende interpretar (MARX, 1984). No *Manifesto Comunista*, por exemplo, ainda que apontem para a contradição fundamental entre as duas principais classes, em nenhum momento se deixa de verificar a existência de mais classes, principalmente aqueles que estão entre a burguesia e o proletariado, e, inclusive, não se deixa de verificar e pesquisar ação dessas classes na esfera da política (MARX & ENGELS, 2005).

O *Manual* tece também comentários acerca de um suposto caráter catastrófico das teses marxistas quando se referem ao capitalismo, afirmando-se no *Manual*: “O colapso geral e iminente do capitalismo não se realizou e este desenvolveu mecanismos de correção das crises e proporciona, após 50 anos da revolução marxista, um nível de vida superior para os que vivem sob seu regime” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1978, p. 59). Qualquer analista sério não atribui ao marxismo a ideia de que se espera uma queda do capitalismo na próxima esquina. De fato, há passagens de textos de Marx em que se fala de uma revolução próxima, mas esses normalmente são trabalhos para a agitação mais conjuntural, como a parte final do *Manifesto comunista*, onde se prevê uma revolução próxima na Alemanha. Nos textos mais substantivos de Marx e de outros autores o que sobressai são as análises que visam mostrar justamente a capacidade que tem o capitalismo de se recuperar das crises e ganhar mais alguns anos de sobrevida (MARX & ENGELS, 2005). Ainda no *Manifesto comunista* afirma-se a capacidade que tem o capitalismo de revolucionar-se a si mesmo e, com isso, superar conjuntamente suas contradições intrínsecas (MARX & ENGELS, 2005).

Outras críticas ainda são apontadas, mas há uma que chama mais a atenção do que todas as demais. No *Manual*, afirma-se que o marxismo está “em aberta contradição com o cristianismo, uma das bases principais da sociedade ocidental” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1978, p. 60). Segundo o manual, “o homem faz Deus que é para ele um fantasma, uma projeção cuja dissipação libera-o e constitui-o enfim Homem; o homem faz Deus na ou por alienação” (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1978, p. 60). Num contexto em que se defendia o “Mundo Ocidental Cristão”, essa certamente era uma acusação que pretendia desqualificar esse inimigo. Não há grandes argumentos, mas apenas a ideia de que algo como o marxismo, que é ateu e antirreligioso, não pode ser bom, puro ou qualquer outro adjetivo que se queria dar ao que a mentalidade religiosa considera

positiva. Contudo, parece lamentável que a crença religiosa seja argumento para negar uma teoria e fazer uma crítica que se pretende final e conclusiva. O argumento, no final das contas, acaba sendo o de que o marxismo não serve para o Brasil da ESG apenas pelo fato de que não é parte da sociedade cristã de que esses militares fazem parte.

## **Considerações finais**

Conforme se percebe, o marxismo interpretado pela ESG e apresentado em um de seus manuais se parece bastante com vulgarizações que há décadas tornaram-se comuns em diferentes meios, inclusive políticos e intelectuais. Essa interpretação está influenciada por fatores ideológicos que procuram desqualificar o marxismo e por uma leitura superficial de seus textos, não sendo trabalhados sequer os textos dos próprios pensadores marxistas. Por outro lado, parte-se sempre da noção prévia de que o marxismo é algo negativo ou de que o comunismo é inferior ao capitalismo. Nos trabalhos da ESG, portanto, produzidos em meio à Guerra Fria, antes mesmo de se fazer qualquer análise, toma-se o marxismo como algo a ser combatido.

Produzidas por uma miríade de organizações conservadoras e, em grande medida, religiosas, essas interpretações, que fazem severas críticas ao marxismo em grande medida reverberam ainda na contemporaneidade. Isso pode ter algumas explicações. Primeiro, pela forma caricatural como são apresentadas as críticas e vulgarizado o marxismo, resumindo-o a uma ideologia anticristã – junto com qualquer outra corrente filosófica racionalista ou materialista – que se limita à vontade de tomar pela força o poder. Outro aspecto que explica a influência dessas interpretações tem a ver com a forma superficial como são feitas as críticas, apelando para imagens e ideias presentes no senso comum.

Nos manuais militares, não há discussões mais densas e aprofundadas acerca dos conceitos e argumentos apresentados no conjunto dos textos marxistas. Com isso, os manuais apresentam

respostas fáceis e que, infelizmente, apesar de seu caráter nada científico e bastante tosco, tornam-se uma espécie de verdade reproduzida no senso comum.

## Referências

ARRUDA, Antônio de. *ESG: história de sua doutrina*. São Paulo: GRD/INL/MEC, 1980.

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Delegacia de Santa Catarina. *Manual de elementos teóricos*. [s.l.]: [s.n.], 1978.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica e poder*. São Paulo: UniverCidade, 2003.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. As classes sociais. In: IANNI, Octavio (org.). *Marx: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., v. III.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da guerra fria no Brasil (1947-1953). *Diálogos*, Maringá, nº 6, p. 41-59, 2002.
- NOVACK, George. *Introdução à lógica marxista*. São Paulo: Sundermann, 2006.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A doutrina de segurança nacional: pensamento político e projeto estratégico. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (Org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987, p. 70-2.
- PUGLIA, Douglas Biagio. *ADESG: elites locais civis e projeto político*. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.
- SILVA, Michel Goulart da. “Cultura política e discursos de modernização em Santa Catarina (1970-75)”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.
- SILVA, Michel Goulart da. “O marxismo em manuais da Escola Superior de Guerra”. *Contra a Corrente*, nº 8, p. 37-42, 2012.
- SILVA, Michel Goulart da. “Psicologia, psicologia histórico-crítica e educação”. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 7, n. 19, p. 13-19, 2021.